

Colonialismo, dependência e neoliberalismo/ultraliberalismo: a amplificação da crise na argentina de Javier Milei

Colonialism, dependency and neoliberalism/ultraliberalism: the amplification of the crisis in argentina by Javier Milei

Colonialismo, dependencia y neoliberalismo/ultraliberalismo: la amplificación de la crisis en argentina por Javier Milei

Rodrigues, Matheus¹

RESUMO

A situação atual da Argentina, sob a perspectiva do governo de Javier Milei, pode ser entendida através dos conceitos de colonialismo, dependência e ultraliberalismo. O ultraliberalismo de Milei parece agravar as heranças coloniais e a dependência econômica da Argentina, aumentando a crise socioeconômica. Seu governo, com políticas radicais como a dolarização e desregulamentação, resultou em maior pobreza e desigualdade. A análise, neste artigo, a partir de uma revisão de literatura, inclui, também, o entendimento da Teoria da Dependência, que mostra como países periféricos, como a Argentina, estão subordinados às nações centrais. Nas considerações finais, aponta-se que o neoliberalismo, iniciado na ditadura de 1976, teve impactos negativos duradouros. Com Javier Milei, a crise na Argentina se amplifica e decorre de fatores centrais interligados: legado colonial, dependência global e políticas ultraliberais.

Palavras-chave: Colonialismo; Dependência; Ultraliberalismo; Crise; Javier Milei.

ABSTRACT

The current situation in Argentina, from the perspective of Javier Milei's government, can be understood through the concepts of colonialism, dependency, and ultraliberalism. Milei's ultraliberalism seems to aggravate Argentina's colonial legacy and economic dependency, increasing the socioeconomic crisis. His government, with radical policies such as dollarization and deregulation, resulted in greater poverty and inequality. The analysis in this article, based on a literature review, also includes an understanding of Dependency Theory, which shows how peripheral countries, such as Argentina, are subordinated to central nations. The final considerations point out that neoliberalism, which began with the 1976 dictatorship, has had lasting negative impacts. Under Javier Milei, the crisis in Argentina has been amplified and is the result of central, interconnected factors: colonial legacy, global dependency, and ultraliberal policies.

Keywords: Colonialism; Dependency; Ultraliberalism; Crisis; Javier Milei.

¹ Doutorando em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9889-0725>. Contato: matheus.srodrigues@ufpe.br.

RESUMEN

La situación actual de Argentina, desde la perspectiva del gobierno de Javier Milei, puede entenderse a través de los conceptos de colonialismo, dependencia y ultraliberalismo. El ultraliberalismo de Milei parece agravar la herencia colonial y la dependencia económica de Argentina, aumentando la crisis socioeconómica. Su gobierno, con políticas radicales como la dolarización y la desregulación, se tradujo en mayor pobreza y desigualdad. El análisis de este artículo, basado en una revisión bibliográfica, también incluye una comprensión de la Teoría de la Dependencia, que muestra cómo los países periféricos como Argentina están subordinados a las naciones centrales. Las observaciones finales señalan que el neoliberalismo, que comenzó durante la dictadura de 1976, ha tenido impactos negativos duraderos. Para Javier Milei, la crisis en Argentina se amplifica y proviene de factores centrales interconectados: legado colonial, dependencia global y políticas ultraliberales.

Palabras clave: Colonialismo; Dependencia; Ultraliberalismo; Crisis; Javier Milei.

Introdução

Acreditamos que a situação atual da Argentina, especialmente sob a perspectiva de Javier Milei, pode ser compreendida através de três conceitos inter-relacionados: colonialismo, dependência e ultraliberalismo. Isto é: em que medida o ultraliberalismo de Milei tem aprofundado os aspectos coloniais e de dependência na Argentina?

Com isso, acreditamos que a ascensão do ultraliberalismo, na Argentina, sob o governo de Milei gerou preocupações sobre o aprofundamento da crise econômica, social e política no país (Rodríguez Trejo, 2024). Assim, de acordo com Rojas (2024), podemos analisar que a presidência de Javier Milei pode ser caracterizada como uma tentativa de estabelecer uma ditadura comissarial semelhante à de Carl Schmitt, da República de Weimar, que levou a ataques a trabalhadores e setores populares por meio de decretos e protocolos repressivos, impactando áreas como Conicet², orçamentos educacionais e salários de professores.

Neste artigo, que partimos de uma revisão de uma bibliografia e dados secundários disponíveis na internet, observamos que, primeiro, o colonialismo na Argentina, como em muitos países da América Latina, deixou um legado duradouro que impactou profundamente suas estruturas econômicas, sociais e culturais. E nesse sentido, a economia foi moldada para servir, de

² Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

sobremaneira, aos interesses das potências coloniais, criando uma dependência externa que persistiu após a independência, especialmente em relação ao capital financeiro britânico.

Em segundo lugar, a partir da Teoria da Dependência, desenvolvida por economistas e sociólogos latino-americanos como Raúl Prebisch, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, além de intérpretes mais recentes, argumentamos que os países periféricos, a exemplo da Argentina, estão estruturalmente subordinados aos países centrais, o que resulta em relações desiguais de comércio, fluxo de capital e controle tecnológico.

Em terceiro lugar, apontamos que o neoliberalismo na Argentina foi introduzido durante o golpe militar de 1976, com reformas que visavam reduzir o papel do Estado na economia, seguindo os princípios da Escola de Chicago³. Essas políticas, que incluíam privatizações e austeridade, resultaram em aumento da dívida pública e ampliação da pobreza e desigualdade.

E, em quarto lugar, pontuamos que a ascensão de Javier Milei, na Argentina, foi marcada por sua retórica populista e políticas ultraliberais, refletindo o descontentamento popular diante da crise econômica e da instabilidade política. Suas propostas radicais, como a dolarização da economia, eliminação de subsídios e desregulamentação, reduzem o papel do Estado, e dados mostram que já resultaram no aumento alarmante da pobreza, afetando mais da metade da população e aprofundando a desigualdade social-econômica entre as camadas sociais.

Por último, nas considerações finais, avaliamos que a crise econômica da Argentina resulta, ao menos, de três fatores centrais: o legado colonial, a dependência global e as políticas neoliberais. O colonialismo criou desigualdades estruturais, na medida em que a dependência global limitou a autonomia econômica; afora que, as políticas ultraliberais, como as de Javier Milei, agravaram a crise ao enfraquecer o papel do Estado e aumentar exponencialmente a pobreza. A solução para a crise requer abordar essas causas interligadas, já que o ultraliberalismo intensifica os problemas existentes e aprofunda a vulnerabilidade econômica do país.

³ Uma escola ampla, mas, na economia, esteve produziu-se pensamentos do liberalismo econômico e na economia austríaca, defendendo o livre mercado e a teoria dos preços. Milton Friedman e George Stigler, entre outros, são os seus principais pensadores. As teorias da Escola de Chicago influenciaram a administração econômica da ditadura de Pinochet no Chile, o Thatcherismo na Inglaterra e o Reaganomics nos Estados Unidos.

1. Colonialismo: histórico e impactos em um território espoliado

A Argentina, como muitos países da América Latina, sofreu um longo período de colonização europeia. Esse passado colonial deixou um legado de estruturas sociais, culturais e econômicas voltadas às grandes potências coloniais. A economia, por exemplo, foi moldada para exportar matérias-primas e importar produtos manufaturados, criando uma dependência externa profunda. Mesmo após a independência, muitos desses padrões persistiram, levando a uma economia vulnerável às flutuações dos mercados internacionais, como observado por Rougier e Odisio (2023).

Nesse sentido, o desenvolvimento desigual-combinado (tema que discutiremos mais detidamente no segundo ponto) é fundamental na formação das economias coloniais. Neste ponto, a subordinação ao capital financeiro britânico por parte da Argentina exemplifica a imposição de uma dependência econômica profunda, que impacta diretamente o desenvolvimento do país. Esta relação de dependência é caracterizada pela transferência de excedentes de capital dos países periféricos para os centrais, através da exportação de capital, da formação de monopólios e do controle financeiro, elementos distintivos da fase imperialista do capitalismo (Gregório, 2012).

Para entender a colonização, algumas coisas precisam ser evidenciadas. Uma delas são as elites locais, onde perpetuaram um sistema que auto favorecimento em detrimento das condições reais da maioria esmagadora da população. Neste sistema, as elites se utilizaram de várias estratégias para manter o controle e reprimir as revoltas, incluindo o uso da violência estatal e a criação de discursos racistas para justificar a exclusão social. Construiu-se, nesse meio, a ideia de nação, além da manipulação dos sentimentos nacionalistas, usadas para integrar ou excluir certos grupos sociais conforme a conveniência das elites (González, 2009).

O intelectual peruano, Aníbal Quijano (2002), por exemplo, analisa a que a colonialidade pode ser apreendida como um conceito fundamental, que descreve a classificação social global baseada na ideia de "raça", surgida há 500 anos em conjunto com o capitalismo e a colonização. Para ele, a colonialidade do poder – exercida pelos países do Norte Global – é uma expressão

duradoura da dominação, que se manifesta nas relações sociais e na estrutura do Estado moderno, especialmente na América Latina e em outros contextos colonizados. Ou seja, Quijano vai além, compreende-se uma intensão de conexão entre colonialidade e eurocentrismo, no qual a dominação política e econômica está profundamente enraizada na história e nas práticas sociais contemporâneas.

Na mesma toada, ninguém melhor para entender o colonialismo que Enrique Dussel, filósofo argentino, que emergiu como um dos pensadores mais importantes no campo da filosofia da libertação. Que produziu, sobretudo, uma perspectiva crítica sobre o colonialismo na América Latina. Seu pensamento e obra são indispensáveis para compreender as complexidades e as profundas consequências do colonialismo.

Silva (2023), por exemplo, avalia que o pensamento de Enrique Dussel, especialmente no contexto da crítica à modernidade e à colonialidade se destaca por sua abordagem sobre a ética e a filosofia da libertação, desafiando as narrativas eurocêtricas e busca uma nova forma de entender a história e a subjetividade latino-americana. Na crítica à colonialidade, sobretudo, a obra de Dussel é um forte instrumento para evidenciar a necessidade de uma perspectiva análise que reconheça as vozes e experiências dos povos colonizados.

Dussel também apresenta alinhamento com pensadores como o peruano Aníbal Quijano; Quijano (2022) tece uma análise que o colonialismo não é apenas um evento histórico, mas se apresenta como uma estrutura de poder que persiste na atualidade. Esta estrutura, chamada de "colonialidade do poder", influencia as relações econômicas, políticas e sociais, mantendo uma hierarquia global onde os países e povos anteriormente colonizados continuam subordinados.

Não é à toa que Silva (2023), que parte de uma perspectiva de fato social total na colonialidade, vê a relação muito próxima entre Quijano e Dussel, isto é, como uma continuidade na reflexão dialógica entre ambos, particularmente ao explorar a conexão entre o Ser e a ética. Nesse sentido, ambos buscam desvelar as estruturas de poder que emergem da colonialidade, enfatizando a importância de uma perspectiva crítica que reconheça a diversidade e a complexidade das realidades sociais.

Para Dussel (1993), a colonialidade emerge no contexto da modernidade e da conquista europeia, particularmente espanhola, das Américas. A questão que se coloca é como a colonização foi um processo de "dominação do outro", isto é, como isso está intrinsecamente ligado ao surgimento da modernidade. Conquistar, no ímpeto colonizador, é o mote prático do processo de colonização. Observemos a citação Bartolomé de las Casas abaixo.

A causa (final) por que os cristãos mataram e destruíram tantas e tais e tão infinito número de almas foi somente por terem como seu fim último o ouro e se encher de riqueza em pouquíssimos dias e subir a estados muito altos e sem proporção a suas pessoas.

(A causa foi) pela insaciável cobiça e ambição que tiveram... Devo suplicar a Sua Majestade com insistência importuna, que não conceda nem permita aquela que os tiranos inventaram, prosseguiram e cometeram, e que chamam conquista" (Bartolomé de las Casas, Brevisima relación de la Destrucción de las Indias, Introducción) (Dussel, 1993, p. 42).

Como visto no diálogo de em las Casa com Sepulveda, segundo Dussel (1993), a "conquista" é definida como uma relação não mais estética ou quase-científica entre pessoa e natureza, como no "descobrimento" de novos mundos. A figura da conquista agora passa a ser prática, envolvendo relações pessoais, políticas e militares, e não de reconhecimento e inspeção, como levantamento de mapas ou descrição de climas, topografia, flora ou fauna de novos territórios. Trata-se da dominação de pessoas, povos e "índios". Não é mais a "*theoria*", mas sim a "*práxis*" de dominação. Na Espanha, desde o início da Reconquista, em 718, como registrado nas Partidas do século XII, a "conquista" era uma figura jurídico-militar. Em 1479, os reis católicos explicam que "enviamos certos nossos capitães e gentes para a conquista da Grande Canária, contra os canários infiéis, inimigos de nossa santa fé católica que nela estão" (Dussel, 1993, p. 42).

O pensador argente também desenvolve o que se denomina como a fenomenologia do '*ego conquiro*', que significa para o papel do conquistador como o primeiro homem moderno ativo, que impõe sua individualidade violenta sobre o outro, isto é, "o 'conquistador' é o primeiro homem moderno ativo, prático, que impõe sua 'individualidade' violenta a outras pessoas, ao Outro" (Dussel, 1993, p. 43).

Dussel (1993) fala da colonização do mundo da vida, em que ele descreve a colonização não apenas como uma metáfora, mas como um processo real e histórico de dominação econômica e política.

Colonização (*Kolonisierung*) do mundo da vida (*Lebenswelt*) não é aqui uma metáfora. A palavra tem o sentido forte, histórico, real; é a quarta figura que 1492 vai adquirindo. ‘Colônia’ romana (ao lado da ‘coluna’ da lei) eram as terras e culturas dominadas pelo Império... A América Latina foi a primeira colônia da Europa moderna (Dussel, 1993, p. 50).

Dussel (1993) traz como colonização afetou profundamente as culturas indígenas, levando a uma raça mestiça, uma cultura sincrética e uma economia dependente:

Sobre o efeito daquela ‘colonização’ do mundo da vida se construirá a América Latina posterior: uma raça mestiça, uma cultura sincrética, híbrida, um Estado colonial, uma economia capitalista (primeiro mercantilista e depois industrial) dependente e periférica desde seu início, desde a origem da Modernidade (Dussel, 1993, p. 51).

Próximo à leitura de autores como Quijano (2002) e Dussel (1993), que nos serve para abstrair a questão argentina, Martins (2019), na *Teoria Crítica da Colonialidade* (TCC), avalia a colonialidade como um dispositivo de poder organizado durante a colonização planetária, que possibilitou a formação de centros de poder envolvendo metrópoles imperiais e colônias. Para ele, a colonialidade não é apenas um problema geográfico, mas também sociológico, refletindo tensões e preconceitos étnicos e de gênero herdados do patriarcalismo europeu. Além disso, as elites intelectuais periféricas surgiram dessas tensões, refletindo o amor e o ódio dos colonizados em relação aos conquistadores.

Ainda segundo Martins (2019), a TCC herda, do pensamento sobre dependência e imperialismo, a compreensão dos problemas enfrentados pelas sociedades periféricas dentro do sistema-mundo. Além do mais, enfatiza a importância de valorizar internamente a política para organizar pactos independentistas focados em programas de soberania, questão desenvolvida no próximo ponto.

2. Teoria da Dependência: breves notas sobre este componente

Aqui, desenvolvemos este ponto principalmente por sociólogos e economistas latino-americanos clássicos, começando pelo economista argentino Raúl Prebisch (1948), Ruy Mauro Marini (1973; 1992) e Vânia Bambirra (1977; 2013), e também numa leitura mais recente com Magnelli, Martins e Maia (2024), em que a teoria da dependência, de modo geral, argumenta que os países da periferia (como a Argentina) estão em uma posição estruturalmente subordinada aos países do centro (países desenvolvidos). Isso se manifesta, intensamente, em termos de comércio desigual, fluxos de capital desiguais e controle tecnológico pelos países do Norte Global.

Raúl Prebisch (1901-1986) foi um economista argentino conhecido por suas influentes teorias sobre desenvolvimento econômico e dependência. Sua produção centrou principalmente nas questões estruturais das economias latino-americanas, defendendo uma mudança da dependência das exportações primárias para a industrialização. Para ele, os termos de troca eram desfavoráveis para os países em desenvolvimento, levando a um ciclo de dependência das nações desenvolvidas. Essa perspectiva lançou as bases para a Teoria da Dependência, que critica as desigualdades do sistema econômico global. Prebisch teve forte impacto na política econômica latinoamericana, particularmente por meio de seu papel no estabelecimento da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL), onde se promoveu a industrialização por substituição de importações (ISI) como estratégia para o crescimento econômico (Briceño Ruiz, 2024).

Segundo Prebisch (1948), um dos principais problemas econômicos enfrentados pela América Latina incluem a necessidade de um conhecimento profundo e objetivo da realidade econômica da região, a adaptação às novas condições da economia internacional pós-Primeira Guerra Mundial, e, então, a busca por novas regras compatíveis com essa nova realidade. Isto decorre do fato que ao mesmo tempo em que havia uma tendência persistente para o desequilíbrio econômico devido à diminuição da quota de importações nos Estados Unidos.

Para Prebisch (1948), a relação entre centro e periferia pode ser caracterizada por uma disparidade econômica, em que o centro (países industrializados) exerce forte pressão sobre a periferia (países em desenvolvimento). Ou seja, a renda no centro é menos suscetível à contração devido à concorrência, enquanto na periferia, a desorganização das massas trabalhadoras impede

aumentos salariais comparáveis. Nesse contexto, a periferia depende das exportações, que são influenciadas pela renda e investimentos dos centros.

Isto é, acerca do debate colonial que a Argentina também se insere a partir de Prebisch, argumenta-se que os economistas latino-americanos devem entender a realidade econômica da América Latina de forma objetiva e científica para formular ações práticas eficazes. Trata-se, objetivamente, de conhecer as teorias dos grandes países sem se submeter mentalmente a elas. Além do mais, critica-se a ideia de que o progresso técnico beneficia equitativamente todos os países, sugerindo que a América Latina precisa se industrializar para obter sua parte do progresso.

Sob uma orientação marxista, Ruy Mauro Marini (1932-1997) foi um importante teórico brasileiro, conhecido, sobretudo, por sua análise crítica da teoria da dependência e suas implicações para o desenvolvimento latino-americano. Sua obra e trabalho incidiu sobre questões relacionadas às desigualdades estruturais inerentes ao sistema capitalista global, argumentando que essas desigualdades perpetuam o subdesenvolvimento nos países periféricos. Entre os seus conceitos centrais, incluem a superexploração da força de trabalho, a dependência e o subdesenvolvimento (Martins, 2023).

Marini (1973; 1992) define a dependência como uma relação de subordinação entre nações que, embora formalmente independentes, estão inseridas em uma estrutura de divisão internacional do trabalho. Essa estrutura determina o desenvolvimento posterior da região, onde as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Assim, a consequência da dependência é um aumento da própria dependência, e sua superação requer a eliminação das relações de produção que a sustentam.

De acordo com Marini (1973), as consequências da troca desigual na economia dependente são tanto significativas quanto complexas. São duas questões neste processo: a) a inserção da América Latina no mercado global vai além de simplesmente satisfazer as demandas de acumulação dos países industriais; b) a dependência desempenha um papel na transformação qualitativa da acumulação, que passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que da simples exploração do trabalhador. Contudo, Marini sustenta que essa transformação ocorre em um

cenário em que o crescimento da produção na América Latina se fundamenta em uma exploração ainda maior do trabalhador, evidenciando a contradição inerente à dependência latino-americana. Essa dinâmica molda as relações de produção dentro do sistema capitalista como um todo, isto é, sendo fundamental para compreender a marginalidade social e as diversas formas de exploração que surgem nas economias dependentes.

Vânia Bambirra (1940-2015) foi uma das maiores intérpretes da América Latina, conhecida por sua vasta produção teórica e ativa militância política. Ela fez parte da Teoria Marxista da Dependência (TMD) junto com Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos (1936-2018), articulando a realidade brasileira com a latino-americana. Ela destacou-se como uma intelectual orgânica, debatendo temas candentes de sua época e atuando politicamente com um viés socialista (Silva, 2022). De acordo com Silva (2022), Bambirra abordou além TMD, articulando a realidade brasileira com a latino-americana, assim como debateu sobre o papel da mulher sob uma perspectiva marxista, em que centrou as críticas às visões pequeno-burguesas e liberais burguesas no movimento feminista.

Na toada da crítica à economia política, Bambirra (1977) entende a dependência na América Latina como uma teoria essencialmente crítica que se desenvolveu a partir da década de 1960. Para ela, essa teoria emerge ante uma vasta tradição histórica e polêmica dentro do pensamento marxista, incluindo análises de Marx e Engels sobre a situação colonial. Nisso, a dependência é vista como um quadro de crise que impede o desenvolvimento nacional autônomo dos países latino-americanos.

A dependência na América Latina, segundo Bambirra (1977), caracteriza-se por uma relação crítica e sistemática com base em uma tradição histórica e teórica marxista. Envolve a análise das colossais dívidas externas de países como Brasil, México e Argentina, e questiona a possibilidade de um desenvolvimento nacional autônomo. A teoria da dependência destaca a necessidade de capital estrangeiro e o círculo vicioso de dívida e déficit progressivo.

Um ponto central é o que Bambirra (2013) chama de “pacto colonial”, i. é., o acordo que estabeleceu a relação de dependência econômica entre as colônias da América Latina e suas

potências metropolitanas europeias, como Espanha e Portugal, limitando o desenvolvimento das colônias ao forçá-las a fornecer matérias-primas e a manter uma estrutura de exploração. De acordo com a teórica, essa dependência moldou as economias pós-independência, influenciando como se integraram à economia global e perpetuando desigualdades estruturais. A partir disto, compreendemos as limitações históricas e as mudanças estruturais nas sociedades latino-americanas desde o final do século XIX até os desafios contemporâneos de desenvolvimento e autonomia.

A Argentina foi notada por Bambirra (2013), na medida em que a autora observou o seu desenvolvimento industrial significativo, com mais de 13.000 estabelecimentos e 310.000 empregados em 1920. Analisou-se, também, a força e resistência do movimento trabalhista argentino, que, apesar da repressão, continuou a desafiar o domínio burguês e complicar a acumulação capitalista. Naquele contexto, década de 1970, a Argentina enfrentou contradições como potência subimperial, lutando para afirmar seus interesses frente às pressões imperialistas e à competição regional, especialmente com o Brasil. O cenário político estava marcado pelo apoio da classe trabalhadora a governos populistas que, outrora, promoveram interesses burgueses em vez de empoderamento genuíno. Outro ponto discutido pela autora foi estrutura agrária da Argentina, mostrando uma estabilidade relativa em comparação com outros países latino-americanos, o que refletia em sua economia e relações de classe.

Em um balanço mais recente deste tema, Martins (2024), sobre colonialidade e dependência, analisa esta como uma estrutura. Isto é, a descolonialidade traduz-se como uma lente crítica para entender as desigualdades históricas e contínuas enfrentadas pelos países da América Latina e do Caribe. Argumenta-se, assim, que a dependência não é apenas uma condição econômica, mas está profundamente entrelaçada com o legado colonial que continua a moldar a dinâmica de poder entre o Norte e o Sul Globais

Martins (2024) amplia a crítica às teorias da dependência por estas não abordarem totalmente a “colonialidade do conhecimento”. Com isso, sugere-se que, embora essas teorias destaquem as desigualdades estruturais, elas geralmente não desafiam as narrativas eurocêntricas

subjacentes que perpetuam essas desigualdades. Indica, sobretudo, a necessidade de uma mudança epistemológica mais profunda que reconheça as raízes coloniais da dependência.

Portanto, Martins (2024) explora como as tensões políticas autoritárias na América Latina refletem os impactos do capitalismo colonial, dificultando a luta democrática contra a dependência e colonialidade. A proposição é que é necessária uma reinterpretação da dependência, ou seja, vendo-a como múltiplas formas surgidas da colonialidade, o que permite uma análise mais detalhada das sociedades contemporâneas. Não é à toa que o autor volta sua crítica às narrativas deterministas da teoria da modernização, que ignoram as complexidades da dependência. Faz-se importante, assim, compreender os mecanismos de dominação colonial para promover alternativas à exploração capitalista e fortalecer sociedades pós-coloniais.

Para Martins (2024), faz-se necessária uma crítica à dependência além das estruturas liberais tradicionais. Crítica à qual vise entendimento das particularidades históricas e culturais dos processos de modernização na América Latina, que muitas vezes desafiam as narrativas monolíticas do liberalismo ocidental, e no qual nos serve para entender esta nova forma de gestão de Estado caracterizado por ultraliberalismo no contexto argentino caracterizado na figura de Javier Milei.

Pois, não é em vão que a economia argentina tem sido historicamente dependente das exportações de produtos agrícolas e recursos naturais. Para Montanyà Revuelto e Bordón-Ojeda (2022), tais situações cria vulnerabilidade a choques externos, como variações nos preços das commodities e mudanças na demanda global. A dívida externa é outro aspecto crítico da dependência, exacerbando a crise econômica ao longo dos anos.

3. Neoliberalismo e ultraliberalismo: do golpe aos governos “Kirchners”

De acordo com Martins (2019), as políticas neoliberais iniciadas durante o golpe militar de 1976 na Argentina tiveram efeitos profundos e duradouros na economia e na sociedade do país, que ainda eram sentidos durante o governo Kirchner. Sendo que a implementação de reformas neoliberais se deu com o regime militar, que chegou ao poder em 1976. As reformas neoliberais que

incluíram medidas de austeridade, liberalização do mercado e privatização de empresas estatais, visavam reduzir o papel do estado na economia e foram influenciadas pelas ideias da Escola de Economia de Chicago, que defendia os princípios do livre mercado.

Entre outros fatores, incluem-se as consequências econômicas da agenda neoliberal levaram a mudanças econômicas significativas, incluindo um aumento dramático na dívida pública. Com isso, a crise da dívida ampliou a dependência do governo de empréstimos internacionais, particularmente do Fundo Monetário Internacional (FMI), que impôs condições estritas à Argentina em troca de assistência financeira (Martins, 2019).

A repercussão na questão social com a implementação dessas políticas neoliberais resultou no aumento da pobreza e da desigualdade. As medidas de austeridade afetaram desproporcionalmente as classes baixa e média, levando a uma agitação social generalizada. Quando Néstor Kirchner assumiu o cargo em 2003, o país estava enfrentando as consequências dessas políticas, incluindo altas taxas de desemprego e descontentamento social (Martins, 2019).

Ainda segundo Martins (2019), o governo de Kirchner marcou uma mudança significativa em relação às políticas neoliberais do passado. Seu governo se concentrou em renegociar a dívida nacional e rejeitar as medidas de austeridade que caracterizaram as décadas anteriores. Tal medida incluiu uma moratória sobre o pagamento da dívida e uma pressão por mais intervenção do Estado na economia para promover o bem-estar social e o crescimento econômico.

A mudança de rumo político-econômica, teve repercussões políticas, isto é, a oposição ao neoliberalismo se fortaleceu durante a era Kirchner, à medida que o público se tornava cada vez mais consciente dos impactos negativos das políticas anteriores. O governo de Kirchner procurou reconstruir o papel do estado na economia e abordar as questões sociais que surgiram das reformas neoliberais (Martins, 2019).

Após um período de 12 anos de governos kirchneristas, uma coalizão política de orientação liberal-conservadora assumiu o poder na Argentina em 2015. Sob a liderança de Mauricio Macri, a administração prometeu uma reintegração ao cenário internacional por meio de políticas de abertura

comercial e liberalização econômica. No entanto, ao final de seu mandato, o governo enfrentou uma profunda crise econômica (Freitas; Ghibaudi; Crespo, 2021).

O balanço que Freitas, Ghibaudi e Crespo (2021) fazem do governo Macri, que orientou-se sob uma perspectiva neoliberal, é que, ao final, a Argentina enfrentou uma significativa deterioração econômica e social. O Produto Interno Bruto (PIB) encolheu em quase todos os anos, exceto 2017, enquanto a inflação disparou, atingindo o dobro do nível de 2015 ao final de 2019. O salário-mínimo sofreu uma queda real de 27%, e 40% da população passou a viver abaixo da linha da pobreza, comprometendo a tradicional classe média argentina. A dívida externa cresceu de forma acelerada, em parte devido a um acordo com o FMI, agravando a crise econômica e a dependência de mercados internacionais. As políticas liberais de redução do Estado, desvalorização cambial e liberalização financeira falharam em atrair investimentos e aprofundaram problemas econômicos históricos, como a inflação e a saída de capitais. Ou seja, a experiência argentina reflete um padrão de insucesso também observado em outros países sul-americanos que adotaram agendas econômicas liberais após a queda de governos progressistas na região.

Já acerca do governo seguinte, de Alberto Fernández (2019-2023), a imagem popular de uma *Plaza de Mayo* cheia durante a posse, em 10 de dezembro de 2019, apontou para uma realidade de um cenário desafiador: elites furiosas, polarização política com uma oposição de direita cada vez mais radical e coesa, uma coalizão governista altamente diversa e heterogênea, um emaranhado de crises econômicas, grave deterioração social e o avanço de tendências autoritárias no campo ideológico (Tzeiman, 2024).

Nesse meio, a pandemia de COVID-19 teve grandes implicações na Argentina durante o início do governo de Alberto Fernández. Segundo Tzeiman (2024), o presidente agiu rapidamente, implementando bloqueios rígidos em março de 2020 e priorizando a melhoria do sistema de saúde, expandindo leitos hospitalares e garantindo suprimentos médicos. Por outro lado, os bloqueios causaram sérios desafios econômicos, como aumento do desemprego e retração econômica, o que gerou crescente descontentamento público e protestos por parte da oposição mais radical. A campanha de vacinação iniciada no final de 2020 tornou-se essencial para restaurar a confiança da

população. Em contrapartida, politicamente, a pandemia expôs vulnerabilidades na governança e afetou a coesão da coalizão governista, implicando em crises que levaria a outro governo.

As prolongadas restrições impostas pelo governo durante a pandemia inicialmente foram aceitas, mas com o tempo geraram frustração e desconforto, à medida que a crise econômica se agravava e a população sentia que sacrifícios excessivos estavam sendo exigidos. Esse descontentamento contribuiu para uma derrota eleitoral, alimentada pela percepção de que o governo falhou em gerenciar a pandemia e a economia, aprofundando a divisão entre a população e a elite política. Em 2021, esses fatores culminaram em uma crise política, marcada por agitação social e uma crescente insatisfação com a resposta governamental, que podemos supor como peça importante na vitória do candidato de extrema-direita libertário, Javier Milei (Tzeiman, 2024).

Ainda segundo Tzeiman (2024), as crises enfrentadas pelo governo de Alberto Fernández após a derrota nas eleições de meio termo de 2021, ficaram marcadas por uma crescente divisão interna e uma ofensiva da oposição. Não obstante, a oposição aproveitou-se da fragilidade do governo, contestando decisões judiciais e rejeitando o orçamento de 2022. Internamente, houve tensões entre o presidente e a vice-presidente Cristina Kirchner, especialmente em torno do acordo com o FMI, culminando na renúncia de Máximo Kirchner da liderança do bloco oficialista. Externamente, a guerra na Ucrânia agravou a economia, aumentando a inflação e a escassez de divisas. Outro fator, foi a crise política se aprofundou com a renúncia de ministros importantes, como Martín Guzmán, até que Sergio Massa assumiu a liderança econômica, centralizando as decisões para tentar conter a instabilidade social-político e econômica.

A conclusão, para Tzeiman (2024), corresponde à "*Al borde del abismo*"⁴, é o passo que se abriu para extrema-direita na nossa leitura. Segundo Tzeiman (2024), a profunda crise política e econômica da Argentina em 2023 foi marcada pela desarticulação interna do governo, o enfraquecimento do presidente Alberto Fernández e a ascensão de Cristina Fernández de Kirchner (CFK) como figura central. Por isso, a crise se intensificou com a renúncia de ministros importantes e a unificação da gestão econômica sob Sergio Massa, que enfrentou desafios como inflação

⁴ Tradução: À beira do abismo.

descontrolada e falta de dólares. Ao mesmo tempo, CFK sobreviveu a um atentado e foi condenada judicialmente, o que ela (Cristina Kirchner) e seus apoiadores consideram perseguição política. O governo se viu então lutando para evitar o colapso até o fim do mandato, em meio a uma oposição fortalecida e uma economia em declínio.

Após a descrição do governo de Fernández/Kirchner, o que observamos foi uma abertura para o ultraliberalismo, ou neoliberalismo radical, que promove a desregulamentação, a privatização e a redução do papel do Estado na economia. Políticas ultraliberais foram adotadas na Argentina durante a década de 1990 sob o governo de Carlos Menem, levando à privatização de empresas estatais e à liberalização do mercado.

Outra questão crucial à Argentina, diz respeito ao populismo, particularmente que tem forte impacto do peronismo, e evoluiu significativamente, ao modo que se entrelaçou com a ascensão dos movimentos de extrema direita. Tal dinâmica, por ora, reflete, sobretudo, as mudanças políticas históricas e contemporâneas, revelando um cenário complexo de ideologia e governança.

Com isso, podemos partir do contexto histórico do populismo a partir do peronismo, fundado por Juan Perón em 1945, que dominou a política argentina, com o partido peronista vencendo 35 dos 73 anos nas eleições presidenciais (Muno, 2018). À medida em que a narrativa histórica frequentemente critica o populismo como uma descida à ingovernabilidade, estudos recentes enfatizam a agência das massas e seu papel na formação do discurso político (Karush, 2022). Não foi à toa que a eleição de Mauricio Macri em 2015 marcou uma mudança significativa, pois seu governo procurou dismantlar os programas sociais peronistas, enquadrando-os como prejudiciais ao progresso econômico (Karush, 2022).

4. A crise Argentina e ascensão da Extrema-Direita: o rastro da miséria com Javier Milei

A ascensão da extrema direita está neste mote em que o século XXI viu o surgimento do populismo de direita radical na Argentina, caracterizado por uma retórica populista compartilhada e questões locais que influenciam novas estratégias. A emergência da direita populista radical como um ator político de relevância constitui uma das mais significativas transformações no cenário

político do século XXI. Nas últimas décadas, forças políticas de extrema direita, na forma de populismo radical, conquistaram o poder em diversos países, incluindo Argentina, Brasil, El Salvador, Estados Unidos, Hungria, Itália e Polônia, entre outros (Mayer, 2023).

Para se ter ideia, o surgimento desse fenômeno na América Latina apresentou uma trajetória distinta daquela observada na Europa. No contexto europeu, a direita radical não foi extinta no período pós-Segunda Guerra Mundial e, ao longo das últimas décadas, consolidou-se por meio de críticas direcionadas à imigração, às políticas econômicas e à ampliação dos direitos das minorias. Já na América Latina, este fenômeno é mais recente, influenciado pelos êxitos alcançados nos Estados Unidos e em países europeus. Assim, destaca-se que, na América Latina, as pautas centrais têm dado maior ênfase às questões de segurança pública e corrupção, com menor foco no debate migratório (Mayer, 2023).

Com isso, impõe uma dinâmica populista contemporânea em que o clima político atual reflete uma crise dentro do peronismo, exacerbada pelos desafios econômicos e pela pandemia de COVID-19, que viu uma resposta populista única focada na inclusão e mobilização (Silokhina, 2024).

Para Silokhina (2024), o caso argentino é notável porque pela primeira vez um presidente libertário, Javier Milei, chegou ao poder. Milei venceu o confronto entre duas alianças: a peronista "União pela Pátria" e a centro-direita "Juntos pela Mudança". Sua base de apoio incluiu diversas classes sociais e faixas etárias, especialmente jovens que buscavam mudanças em meio à crise.

Milei venceu a eleição propondo uma reestruturação radical do Estado argentino, focando na redução da intervenção estatal e na adoção de políticas econômicas ultraliberais, como a dolarização da economia, privatizações, eliminação de subsídios e a abolição do Banco Central. Na política externa, ele busca fortalecer laços com países ocidentais, como os EUA, em detrimento de associações como os BRICS, que o ex-presidente peronista favorecia (Silokhina, 2024).

Segundo Silokhina (2024), suas reformas provocaram reações mistas, com protestos liderados por forças de esquerda e sindicatos, embora o Senado tenha aprovado seus pacotes de reforma. A popularidade de Milei permanece acima de 50%, mas há incertezas sobre sua

sustentabilidade, já que a recessão continua a afetar a economia. O discurso de Milei é populista, baseado no descontentamento com a elite peronista e na retórica anti-institucional. Se suas políticas falharem, avalia Silokhina, é possível que o peronismo retorne como força dominante no futuro.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec) da Argentina, um levantamento alarmante divulgado em 26 de setembro de 2024, indicou que 15,7 milhões de pessoas no país vivem em situação de pobreza. Esse número sobe para 24,9 milhões, ou 52,9% da população total, quando são incluídas as áreas rurais. O critério utilizado para definir a pobreza é baseado no rendimento familiar e no acesso a necessidades básicas como alimentação, transporte, vestimenta, saúde e educação (Poder360, 2024).

Já em comparação com o segundo semestre de 2023, os dados mostram que a pobreza na Argentina aumentou em 10,7% nas famílias e 11,2% entre indivíduos. Afora que, 3,4 milhões de argentinos entraram na pobreza nos primeiros seis meses da gestão de Javier Milei, enquanto 5,4 milhões estão em situação de pobreza extrema, representando 18,1% da população. As crianças são, particularmente, as mais afetadas com 66,1% dos menores de 14 anos em condição de pobreza, totalizando 7,3 milhões de jovens (Poder360, 2024).

Quanto às regiões mais afetadas, incluem o Nordeste do país, especialmente a cidade de Resistência, na província de Chaco, que registrou o pior índice, com 76,2% de sua população abaixo da linha da pobreza (Poder360, 2024).

Os efeitos na crise atual na Argentina persistem, e Javier Milei, um economista e político ultraliberal, defende políticas que seguem essa linha, propondo mais privatizações, desregulamentação e cortes nos gastos públicos. Embora as medidas ultraliberares sejam apresentadas como soluções para a crise econômica, os dados tem mostrado um aprofundamento da desigualdade, miséria e da instabilidade econômica.

Considerações finais

A crise econômica na Argentina é resultado de uma complexa interação entre esses três fatores: histórico colonial, dependência e as políticas neoliberais. O legado colonial criou uma base estrutural de desigualdade e dependência. Enquanto, na mesma toada, a posição de dependência no sistema econômico global limita a capacidade do país de controlar seu próprio destino econômico. As políticas ultraliberais, por sua vez, agravam a situação social-econômica (com o aumento da miséria) ao enfraquecer o papel do Estado na mitigação dos efeitos dessas vulnerabilidades estruturais.

Javier Milei, como um proponente fervoroso do ultraliberalismo, propõe soluções que intensificam os problemas já existentes na Argentina. Sua agenda econômica pode ser vista como uma continuação das políticas que contribuíram para a crise atual, em vez de uma verdadeira ruptura com o passado. Assim, tais políticas vinculam questões econômicas atuais a fatores históricos, como colonialismo e dependência, em que os próprios eventos passados influenciam as condições atuais. Diante disto, uma perspectiva histórica não só é crucial para entender as implicações de longo prazo das políticas econômicas na Argentina, assim como ela pode servir de “laboratório” ante à ofensiva agressiva impingida pelas classes dominantes frente ao descontentamento social.

Acerca do populismo, Rosanvallon (2021) nos oferece uma interpretação que, em hipótese, dentro do populismo argentino, Milei representa o “retorno das emoções”, ou seja, reflete sua centralidade na política como elementos de conexão e mobilização. A política de Milei tem como foco emoções de posição, que traduzem ressentimento e exclusão, além de intelecção que buscam sentido no mundo via narrativas conspiratórias. As emoções de intervenção alimentam ações contra sistemas vistos como corruptos. A personalidade populista emerge de raiva e medo, unindo indivíduos contra “supostas” elites e clamando por soberania popular.

Desta forma, a ascensão de Milei ocorre em um cenário de insatisfação generalizada com a elite política tradicional, especialmente o peronismo. Seu discurso radical antissistema e suas propostas de reestruturação econômica encontram eco em uma população exaurida pela crise. O

populismo, como fenômeno global, adquire características específicas na América Latina, priorizando temas como segurança, corrupção e intervenção estatal.

Afora que, a crise na Argentina, não pode ser compreendida isoladamente através de um único fator. Acreditamos que seja a confluência histórica do colonialismo, a dependência econômica e as políticas ultraliberais que amplificam os desafios enfrentados pelo país. Qualquer solução sustentável precisará considerar e abordar essas raízes profundas e interconectadas da crise. *Creemos que*, o ultraliberalismo, sob a gestão de Javier Milei, na Argentina, é uma alternativa dentro do próprio neoliberalismo de uma forma mais violenta de recolonização.

Referências bibliográficas

Bambirra, V. (1978). *Teoría de la dependencia*.

Bambirra, V. (2013). *O capitalismo dependente latino-americano*. Digitaliza Conteúdo.

Briceño Ruiz, J. (2024). Raúl Prebisch, el estructuralismo de la CEPAL y los aportes latinoamericanos a la teoría de la Economía Política Internacional. *Revista Aportes Para La Integración Latinoamericana*, (50), 054. <https://doi.org/10.24215/24689912e054>

Freitas, A. J. de, Ghibaudi, J. W., & Crespo, E. A. (2021). Promessas de um liberalismo tardio: Uma análise das políticas econômicas do governo Macri (2015-2019). *Revista de Economia Contemporânea*, 25(2), e212526. <https://doi.org/10.1590/198055272526>

González, A. (2009). La vuelta de la tortilla. El miedo a la revuelta popular. *Anales N. E.*, 12, 13–39. <http://hdl.handle.net/2077/23364>

Gregório, J. R. B. (2012). Contexto atual do capitalismo: Retornando aos conceitos de desenvolvimento desigual e combinado; capitalismo dependente; mundialização financeira; e acumulação flexível. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, (4), 82–104. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23146>

Karush, M. B. (2022). Breve historia del antipopulismo: Los intentos por domesticar a la Argentina plebeya, de 1810 a Macri. *HAHR-Hispanic American Historical Review*, 102(3), 520–521. <https://doi.org/10.1215/00182168-9867104>

Magnelli, A., Maia, F., & Martins, P. H. (Eds.). (2024). *Dependency theories in Latin America: An intellectual reconstruction* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003424291>

Martins, C. G. de S. (2019). *O neoliberalismo na Argentina (1976-2007)* (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-22012021-193002>

Martins, C. E. (2023). Ruy Mauro Marini e a dialética do capitalismo contemporâneo. *Reoriente*, 3(1), 38–73. <https://doi.org/10.54833/issn2764-104X.v3i1p38-7369>

Montanyà Revuelto, M., & Bordón-Ojeda, M. (2022). Argentina's external insertion during both Convertibility and Post-convertibility: Agro-export specialization and financial dependence. *Ensayos de Economía*, 32(60), 38–65. <https://doi.org/10.15446/ede.v32n60.94853>

Muno, W. (2019). Populism in Argentina. In D. Stockemer (Ed.), *Populism around the world* (pp. 33–55). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-96758-5_2

Quijano, A. (2022). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Revista Novos Rumos*, (37). <https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192>

Rodríguez Trejo, R. R. (2024). El caso argentino: ¿Ultraliberalismo económico es más neoliberalismo? *Elementos - Periodismo de Profundidad*. [Palestra, enero 12, 2024]. <https://orcid.org/0009-0008-1318-1206>

Rojas, G. A. (2024). Gobierno Milei en Argentina: Extrema derecha, ataques a la educación y libertades democráticas. *Debates em Educação*, 16(38), e17619. <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17619>

Rosanvallon, P. (2021). *O século do populismo: História, teoria, crítica* (D. Cunha, Trad.). Ateliê de Humanidades Editorial.

Rougier, M., & Odisio, J. (2023). *Industry and development in Argentina: An intellectual history, 1914–1980* (J. Brennan, Trans.; 1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003351627>

Silva, L. T. da. (2023). Colonialidade como fato social total: A teoria social de Aníbal Quijano. *Revista TOMO*, 42, e16876. <https://doi.org/10.21669/tomo.v42i.16786>

Silva, I. W. do N. (2022). Uma interpretação latino-americana do Brasil: Vânia Bambirra e seu lugar na teoria marxista da dependência. *Temáticas*, 30(59), 92–113. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v30i59.15655>

Silokhina, A. S. (2024). Populism in Argentina: Crisis of the dominant ideology and transformation of political course. *Governance and Politics*, 3(2), 27–42. <https://doi.org/10.24833/2782-7062-2024-3-2-27-42>

Tzeiman, A. (2024). El retorno del peronismo al gobierno en Argentina (2019-2023): De la ilusión al fracaso. *Revista Enfil*, 12(19), 3–46. <https://doi.org/10.22409/enfil.v12i19.58989>.

PODER360. (2024, September 26). Argentina tem 52,9% da população em situação de pobreza. *Poder360*. <https://www.poder360.com.br/poder-economia/argentina-tem-529-da-populacao-em-situacao-de-pobreza>.

Declaração de Direito Autoral

A revista se reserva o direito de efetuar, nos originais, alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com o intuito de manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores. As opiniões emitidas pelos autores são de sua exclusiva responsabilidade dos autores. Os direitos autorais para artigos publicados nesta são dos autores, com direitos de primeira publicação para a REALIS. Todo o conteúdo da revista, com exceção de casos especificamente declarados, é licenciado sob a Creative Commons CC Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional. Devido à política de acesso aberto da Revista, todos os artigos são gratuitos e livres para uso, com atribuição apropriada, para fins educacionais e não-comerciais.